

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Para além do espaço físico no Direito do Trabalho: a desterritorialização, a desconexão e a repersonalização nas relações de trabalhistas na era digital.

Autor(es)

Cintia Batista Pereira
Virginia Lages Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

ANHANGUERA- UNIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

Introdução

A reconfiguração contemporânea das relações trabalhistas é fortemente marcada pela discussão sobre a dissolução dos limites físicos do ambiente de trabalho, apresentando desafios urgentes ao Direito do Trabalho. Esta pesquisa busca investigar como as novas realidades de trabalho – notadamente o teletrabalho, o trabalho em domicílio e a economia digital, intensificadas no período pós-pandemia – impactam a efetivação da repersonalização do Direito do Trabalho. O problema central reside na dificuldade de o regramento jurídico acompanhar essas transformações, especialmente no que tange à garantia do direito à desconexão e à proteção da dignidade do trabalhador para além do espaço físico tradicional da empresa. A relevância do tema está em analisar criticamente se as atuais adaptações normativas são suficientes para recolocar a pessoa do trabalhador no centro da proteção jurídica, em um contexto de crescente desterritorialização do labor.

Objetivo

Procuramos analisar como a construção da legislação e jurisprudência sobre as transformações no direito trabalhista decorrentes da dissolução dos limites físicos do trabalho. Objetiva-se compreender como tais mudanças impactam a efetivação do direito à desconexão e a proteção da dignidade do trabalhador no teletrabalho, o trabalho em domicílio e a economia digital.

Material e Métodos

Esse resumo é o primeiro resultado textual desta pesquisa de iniciação científica que tem como cerne a desterritorialização nas relações trabalhistas. Para desenvolver a temática optamos por fazer uma pesquisa-ação, que é uma metodologia de pesquisa social com aplicação prática, permitindo a investigação de problemas concretos em colaboração com os atores envolvidos. Nesse sentido, pretende-se pesquisar a legislação, jurisprudência e, julgados se aplicáveis. Vivemos em um momento de profunda transformação e instabilidade nas relações de trabalho, principalmente no decorrente a dissolução dos limites físicos do trabalho, com foco no teletrabalho, trabalho em domicílio e economia digital. Nesse sentido, é imperativo compreender como tais mudanças impactam a efetivação do direito à desconexão e à proteção da dignidade do trabalhador, é trazer a dignidade do trabalhador para o centro das preocupações, indo além da lógica puramente econômica.

Resultados e Discussão

Anais do VI Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica: Direito, Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental, 6^a edição, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2025. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2025. ISBN 978-65-01-76742-0

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



A dissolução dos limites físicos do trabalho, potencializada pelo teletrabalho, gera graves riscos como a inviabilização do direito à desconexão, jornadas excessivas e o comprometimento à saúde mental. Neste contexto, a repersonalização do Direito do Trabalho, fundamentada na obra de M. C. M. Teodoro, emerge como contraponto essencial às visões economicistas, reafirmando a dignidade da pessoa humana como eixo central da proteção jurídica.

Esta abordagem conecta-se diretamente com a noção de meio ambiente do trabalho - conjunto de condições que envolvem a vida laboral, que deve ser equilibrado e saudável. A integração entre a repersonalização e a proteção deste meio ambiente esbarra em obstáculos complexos, exigindo a construção de novos instrumentos jurídicos eficazes. Paralelamente, a adoção de critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) pressiona por um capitalismo de stakeholders, incentivam práticas empresariais socialmente responsáveis e ambientes laborais mais dignos e sustentáveis.

Conclusão

Este estudo, em fase inicial, propõe uma metodologia para analisar a legislação e jurisprudência trabalhistas a partir de três eixos: 1) aplicação dos princípios da prevenção e precaução para evitar danos à saúde; 2) repersonalização como guia para privilegiar o aspecto humano sobre o econômico; e 3) análise da tutela coletiva do meio ambiente do trabalho. A pesquisa buscará enfrentar esses desafios através da investigação sistemática desses pontos nos documentos jurídicos selecionados.

Referências

ZACARIAS, Fabiana; VOLTOLINI, Gustavo Henrique Mattos. Direito ambiental do trabalho: análise sob a perspectiva princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos coletivos. Revista Reflexão e Crítica do Direito, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 118-138, jan./dez. 2017.

BONO, André; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE DO TRABALHADOR E SEUS LIMITES NO ÂMBITO DO TELETRABALHO EM HOME OFFICE. Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais, Florianópolis, Brasil, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2022.v8i1.8928.

SPENCER, Danielle. Proteção à intimidade no ambiente laboral: uma análise sob a ótica da sociedade da informação. Revista de direito do trabalho, São Paulo, v. 36, n. 138, p. 11-42, abr./jun. 2010.